

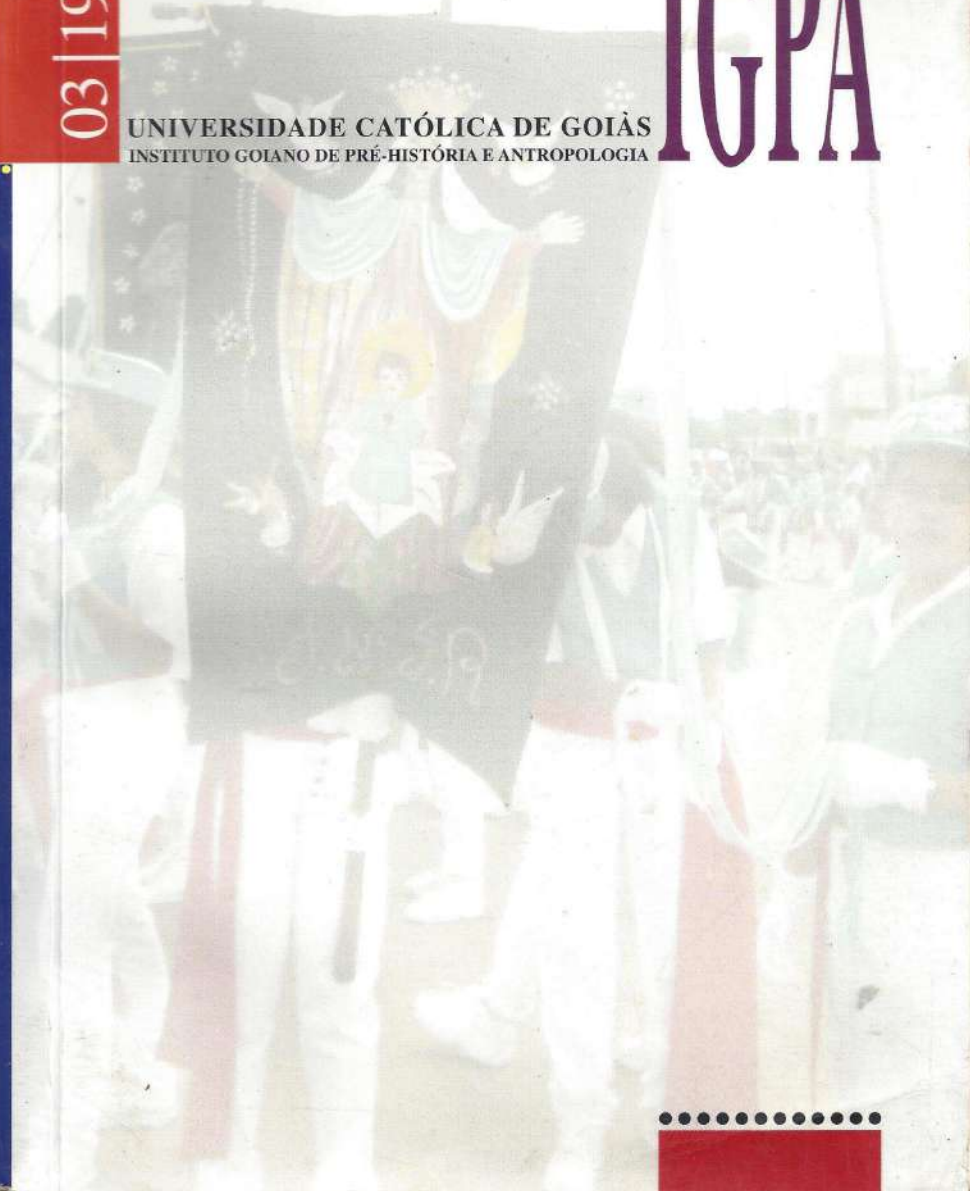
ISSN - 1413-4683

03 | 1999

REVISTA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA

IGPA



Senhora do Rosário, em 24/10/1996, na residência de seu irmão, na cidade de Catalão/GO.

⁵ Essa citação também faz parte da entrevista concedida pelo Sr. Edson Arruda, presidente da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, em 24/10/1996.

⁶ Parte da entrevista do Sr. Edson Arruda, em 24/10/1996.

⁷ Parte da entrevista do Sr. Edson Arruda, em 24/10/1996.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANUARIO: historico, geografico e descriptivo do Estado de Goyaz para 1910. Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (Org.). Brasília : SPHAN/8º DR, 1987.
- CASCUDO, Luiz Câmara. *Folclore no Brasil: pesquisas e notas*. Rio de Janeiro : Fundo de Cultura, 1967.
- CAMPOS, Maria das Dores. *Catalão: estudos históricos e geográficos*. Catalão : [s.n.], 1976.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro : Rocco, 1991.
- CONGRESSO INTERNACIONAL DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESTUDOS DO SÉCULO XVIII, 8, 1992, Lisboa. A coroação dos reis do Congo em Portugal. Lisboa : Universitária, 1992, v. 3.
- . A festa do povo e o folclore na viragem do século. Lisboa : Universitária, 1992, v. 1, p. 24.
- RIBAS, Tomas. A festa do povo e o folclore na viragem do século. In: SANTOS, Maria Helena C. dos. (Coord.) *A Festa*. Lisboa : Universitária Editora, 1992.
- RIBEIRO, José. *Brasil no folclore*. Rio de Janeiro : Ed. Aurora, 1972.
- RODRIGUES, José Altino (Org.). Émile Durkheim : sociologia. Tradução por Laura Natal Rodrigues. 3. ed. São Paulo : Ática; 1984.
- TELES, José Mendonça. Vida e obra de Silva e Souza. Goiânia : Oriente, 1978.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3. ed. Brasília : Ed. UnB, 1994. (Os tipos de dominação)

Jaraguá: a Formação de um Povoado

Dulce Madalena Rios Pedroso*

Resumo

Existem controvérsias acerca do povoamento colonizador da cidade de Jaraguá, bem como sobre a origem de seu nome. Este artigo não possui elementos para elucidar esta questão, contudo discute algumas colocações visando contribuir para a elaboração da história de Jaraguá.

Neste texto busca-se ainda situar Jaraguá no contexto da história de Goiás no século XVIII, tendo em vista seu crescimento econômico, chegando a comparar-se com Meia Ponte (Pirenópolis), arraial que constituía cabeça do Julgado ao qual Jaraguá pertencia.

Palavras-chave: História, Jaraguá, Mineração.

O arraial do Córrego do Jaraguá tomou de empréstimo o nome do ribeirão Jaraguá, que passa dentro do povoado, sendo conhecido na atualidade pela população jaraguense como rio Vermelho. Este arraial pertencia ao Julgado¹ de Meia Ponte e contava, além do arraial de Meia Ponte, que era a cabeça do Julgado, com os arraiais do Corumbá e do Rio do Peixe.

A literatura sobre a origem do nome da cidade de Jaraguá apresenta algumas hipóteses. A enciclopédia do IBGE afirma que a denominação – jaraguá – tenha vindo por metátese, do grupo indígena Ja-

* Professora pesquisadora e mestra em História pela Universidade Federal de Goiás. Coordenadora do projeto Memória e Patrimônio: uma proposta de estudos sobre Jaraguá.

guarás que, supostamente, teria habitado a região. Segundo estudiosos dos grupos indígenas de Goiás (Ataídes, 1991, Palacín, 1994, Pedroso, 1994), tais índios nunca existiram. O grupo indígena que provavelmente possuía aldeias nessa região, na época da colonização do Brasil Central, seria os Kayapó. Apesar de não se ter encontrado até o momento nenhuma documentação histórica a respeito da presença de índios no arraial de Jaraguá, no século XVIII, supõe-se que essa área tenha constituído territórios de movimentação dos Kayapó, pois toda a circunvizinhança era habitada por eles. Em 1760, o governador da capitania de Goiás, João Manoel de Mello, escreveu para Portugal informando que os mineiros e roceiros de vários arraiais, entre eles Meia Ponte, sofreram contínuos prejuízos provocados pelos índios Kayapó (Subsídios..., v. 84).

Saint-Hilaire, naturalista francês, passou por Jaraguá por volta de 1819 e acreditava ser a palavra jaraguá, que significa "água que murmura", proveniente da língua guarani (família lingüística Tupi-Guarani). Para Cunha Matos, governador das armas em Goiás entre 1822 - 1826, jaraguá significa "montes grandes". Segundo o *Vocabulário Tupi-Guarani Português*, de Francisco da Silveira Bueno (apud Almeida, 1982), a denominação jaraguá veio de Jara - o senhor, e Gua - o vale: o dominador do Vale. Nelly Alves de Almeida (1982), escritora jaraguense, citando Teodoro Sampaio e sua obra *O Tupi na Geografia Nacional*, explica que Yara-Guã, por "corrupção", significa o dedo de Deus, a ponta do Senhor. A autora lembra que os estados de São Paulo, Alagoas e Goiás possuem o nome Jaraguá para elevações como montanhas, picos e colinas. A estes estados brasileiros acrescenta-se o de Santa Catarina, possuindo uma cidade denominada Jaraguá do Sul, localizada ao pé de uma linda serra.

Muitos acreditam que tal denominação deve-se ao capim jaraguá (*hyparrhenia rufa*), supondo-o originário do Centro-Oeste. Segundo estudiosos de plantas forrageiras (Rosa, 1988, p. 28-29, Mitidieri, 1983, p. 111-113), o capim jaraguá tem origem na África Tropical e foi introduzido no Brasil na mesma época em que se fazia o tráfico de africanos para o trabalho escravo. O capim jaraguá se aclimatou no Brasil e se difundiu largamente, ocupando o Brasil Central, sobretudo o estado de Goiás. Esse é um capim muito vigoroso e de rápido crescimento, dominando em dois anos as outras plantas, ressemecendo-se naturalmente, tomando conta de todo o terreno.

Buscando assim uma compreensão acerca do nome jaraguá - atri-

buído ao córrego e ao arraial -, levantamos algumas hipóteses, considerando o contexto histórico do início da colonização de Goiás.

Os bandeirantes paulistas, com suas expedições exploratórias pelo Brasil Central, conheceram vastas extensões de terras; contam-se 130 anos pelo interior, buscando ouro e preando índios para escravizá-los, até que a Bandeira de Bartolomeu Bueno Filho (1722-1725) constituiu-se num marco, definindo o início do povoamento colonizador em Goiás. Esses bandeirantes, mamelucos em sua maioria, conheciam esse sertão como ninguém; falavam a língua geral, criada pelos jesuítas no século XVI, cuja origem se encontra na língua dos índios Tupinambá (tronco lingüístico Tupi, família lingüística Tupi-Guarani), habitantes em grande extensão da costa brasileira (Rodrigues, 1986, p. 99-109). Esses paulistas, em suas incursões pelo interior do Brasil, foram nomeando rios, acidentes geográficos e localidades, todos na língua geral. Assim, Goiás possui uma toponímia rica na língua Tupi. Inversamente, os grupos indígenas predominantes em Goiás e Tocantins foram e ainda são falantes da língua Jê, completamente distinta do Tupi. Possivelmente, os bandeirantes passaram pela região de Jaraguá dando-lhe esta denominação, seja pela semelhança da Serra de Jaraguá de São Paulo (Minas Gerais, 1981, Bertran, 1994), primeira localidade a se descobrir ouro no final do século XVI e passagem para as Entradas no interior de São Paulo, seja pelo terreno onde se estabeleceu a referida cidade goiana engravada no centro de um grande vale. Indiscutivelmente, a palavra jaraguá é de origem Tupi.

Não há uma posição unânime quanto ao descobrimento do ouro em Jaraguá. Enquanto a maioria das fontes históricas atribui esse descobrimento a negros faiscadores do ouro em 1737 (Veiga, [s. d.], Cunha Matos, 1979, D'Alincourt, 1985, Pohl, 1976, p. 119, Saint-Hilaire, 1975, Silva e Souza, 1967), alguns trabalhos contemporâneos apontam o mineiro Manoel Rodrigues Thomar como o primeiro explorador daquelas minas (Almeida, 1982, Bandeira et al., 1992). No entanto, nenhum desses estudiosos indica em seus trabalhos a documentação histórica de onde retirou tal informação. A escritora jaraguense Nelly Alves de Almeida escreve em seu trabalho, *Jaraguá - História e Memória*, que Thomar descobriu ricas jazidas de ouro também em Jaraguá, contudo não pôde explorá-las em virtude das acusações que pesavam sobre ele, dirigindo-se para o norte. Na síntese histórica sobre Jaraguá, *Por Uma História de Jaraguá* (Ban-

deira et al., 1992), os autores atribuem a Manoel Rodrigues Thomar a descoberta das minas, na região de Meia Ponte, e de Jaraguá entre os anos de 1727 e 1731. E ainda complementam que Thomar, sendo expulso das minas de Meia Ponte, em virtude de um processo, teria ido procurar ouro em terras ao norte. Paulo Bertran (1994, p. 78), historiador contemporâneo, refere-se com mais cautela aos descobrimentos de Thomar em Goiás, pois suspeita que ele também tenha descoberto minas de ouro em Jaraguá. Contudo não explica as razões que o levaram a essa hipótese.

Pesquisando sobre a vida de Manoel Rodrigues Thomar nos começos de Goiás, historiadores contemporâneos apresentam esse rico mineiro português como uma figura enigmática e misteriosa, considerado pela história tradicional como um homem irrequieto, desordeiro e brigão, fundador de vários arraiais auríferos em Goiás. Jarbas Jaime o aponta como fundador do arraial de Meia Ponte, mas também adverte que Urbano do Couto (companheiro de Bartolomeu Bueno na Bandeira de 1722) foi quem descobriu as minas de ouro e, por não possuir recursos necessários para explorá-las, permitiu que Thomar se intitulasse o descobridor daquelas jazidas. Thomar e Urbano do Couto também se associaram, por algum tempo, na busca de “novos descobertos” de ouro. Bertran (1985, p. 13-16) realizou uma ampla pesquisa sobre Thomar – consultando documentação histórica e relatos de cronistas e historiadores – e a contextualizou no tempo, quando havia disputas de poder no início do povoamento de Goiás, supondo que, por trás das acusações impetradas contra Thomar, havia uma luta velada entre mineiros, goianos e governo colonial.

Ao contextualizar toda essa problemática que envolve Manoel Rodrigues Thomar, nosso autor lembra que, desde muito cedo, o comércio das novas minas goianas orientou-se para a Bahia, através dos Currais do rio São Francisco, onde havia paulistas, parentes de Bartolomeu Bueno, facilitando o abastecimento das novas minas sem o pagamento dos altos impostos coloniais de importação cobrados no caminho de São Paulo. Segundo Bertran, que se apóia nas pesquisas do historiador Zoroastro Artiaga, tudo indica que Thomar acobertava em Meia Ponte esse contrabando, o que gerou sérios descontentamentos por parte do governo colonial. Bertran, também considerando os argumentos do historiador Americano do Brasil, informa que o Anhangüera nomeou Thomar como Guarda-Mór das minas de Meia Ponte, transmitindo-lhe plena autoridade. Porém os

portugueses não gostaram dessa nomeação e a consequência foi uma desavença entre estes e os paulistas. Os conflitos se iniciaram com a chegada às minas de Meia Ponte do célebre contrabandista Panteão Ferreira Torres, vindo dos Currais da Bahia, caminho proibido, pois permitia o comércio clandestino. O governador paulista Caldeira Pimentel, tendo conhecimento da presença desses ‘contrabandistas’ em Meia Ponte e ferindo abertamente a autoridade militar de Bartolomeu Bueno, envia para Meia Ponte o Mestre de Campo Manuel Dias Paes, com seus oficiais, para fazer investigações a respeito. Chegando no arraial, Dias Paes entrou em conflito com o Guarda-Mór Manuel Rodrigues Thomar. Este, ao julgar sua jurisdição invadida, provocou um motim popular que culminou com a saída violenta, de Meia Ponte, do Mestre de Campo.

Bertran conclui que as autoridades coloniais agiram de má fé, pois alegaram desconhecer em Thomar a autoridade que lhe havia outorgado o Anhangüera. Na carta patente que Thomar possuía, ele tinha funções de administrar a justiça civil, criminal e militar nas minas de Meia Ponte. Bertran informa que os historiadores Americano do Brasil e Taunay consideram o então governador de São Paulo, Caldeira Pimentel, inimigo dos paulistas, e “tinha na intriga sua arma predileta”, prejudicando os paulistas e, principalmente, contribuindo para a demolição do poderio de Bartolomeu Bueno.

Em 1732, com o fim do governo de Caldeira Pimentel, toma posse em São Paulo Antônio Luiz da Távola, Conde de Sarzedas. Nesse mesmo ano, grande número de pessoas se dirigiram para as recentes descobertas de Santo Antônio do Maranhão. Tudo indica que o Conde de Sarzedas também perseguia os paulistas, e logo se nota a indisposição entre Thomar e o novo governador. Isso deveu-se, de um lado, por Thomar ter expulso Manuel Dias Paes e, por outro, pela acusação que lhe fora feita de ter-se apropriado dos direitos reais nos descobertos do arraial do Maranhão, em 1730. Era costume nos novos descobertos auríferos reservar ao rei o riacho mais rico em ouro que se encontrasse. Parece que Thomar não só se apropriou da melhor lavra como ainda teria registrado essas lavras em seu nome, e não no de Amaro Leite Moreira, que se dizia ser o descobridor. Essa suspeita é questionada por Bertran.

Thomar, estando nas recém-descobertas minas de Água Quente, conforme Bertran, deixa em seu lugar de Guarda-Mór de Meia Ponte, como procurador, Antônio de Oliveira Costa. Sarzedas ignorou a figura

do procurador, bem como, a autoridade de Thomar, quando, em fins de 1732, nomeou o Sargento-Mór Antônio de Souza Bastos para as funções que, legalmente, pertenciam a Thomar, e José Sotil de Carvalho para regente máximo das minas de Meia Ponte.

Sentindo-se injustiçado, Thomar dirige-se a São Paulo para fazer valer seus direitos e, apresentando-se a Sarzedas, foi por este preso nos primeiros meses de 1733. Indignado com as denúncias, busca no Ouvidor de São Paulo sua defesa legal. Aberto o processo em julho de 1733, Sarzedas é obrigado, por carta, a reconhecer no Ouvidor a autoridade investida por Anhangüera em Manuel Rodrigues Thomar. Em setembro de 1733, Thomar é libertado, com a condição de pagar os direitos da lavra real do descoberto do Maranhão e proibido de retornar ao "Sertão dos Guayases".

Bertran reforça que Thomar, depois de libertado, dirigiu-se às minas do Maranhão (região de Niquelândia) e depois veio a descobrir as minas de São José e Traíras. Jarbas Jaime acredita ser improvável que Thomar tenha retornado a Goiás e ainda fundado os arraiais de São José do Tocantins e Traíras. Argumentando sobre o retorno de Thomar não para as minas de Goiás e sim para as minas do Maranhão, Bertran levanta a hipótese bastante lógica de que, no entendimento dos governantes de São Paulo, no início dos anos trinta do século XVIII, as minas proibidas ao rico mineiro abrangiam poucas povoações nas quais as minas próximas ao rio Maranhão não se encontravam relacionadas.

A questão levantada em algumas resenhas, apontando Manoel Rodrigues Thomar como descobridor das minas de Jaraguá, não se sustenta na documentação histórica, como vimos acima. O que se tem de concreto é que o povoamento colonizador iniciou-se em Jaraguá a partir de 1737, quando negros fiscadores, possivelmente foragidos, encontraram ouro no ribeirão Jaraguá.

É interessante observar que, no século XVIII, vários descobertos auríferos foram encontrados por escravos, já práticos em socavações. Contam-se, além de Jaraguá, as minas de Tesouras, Pilar e Cocal. Desse modo, os escravos podiam comprar ou ganhar a alforria de seus senhores, devido aos achados (Salles, 1983, p. 90-91).

A segunda fase da mineração pertence aos anos trinta do século XVIII, e o descoberto de Jaraguá nela se insere. A população das minas de Goiás nos anos vinte afluía e refluía de uma região para outra, desde que surgissem notícias de prováveis veios auríferos. No início

dos anos trinta houve uma grande migração da população mineradora para os descobertos do Maranhão (1730) e Água Quente (1732). Poucos anos depois essa população refluiu para as proximidades de Meia Ponte. Em seguida correu a notícia da descoberta de ouro no ribeirão Jaraguá, que não tardou em atrair gente para o local e, rapidamente, se formou o povoado (Salles, 1983, Saint-Hilaire, 1975).

A região onde se estabeleceu o Córrego do Jaraguá é toda rica em ouro. O aurífero rio das Almas nasce nas serras dos Pirineus, em Meia Ponte, corre pelas terras de Jaraguá, desaguando no rio Maranhão, dezenas de léguas ao norte. Desde Meia Ponte até Jaraguá, e um pouco mais além, esse rio foi todo lavrado e, em vários locais, foi seu leito desviado para melhor explorá-lo. A serra de Jaraguá é conhecida historicamente como fonte aurífera; há de se notar tal característica pelos córregos nascidos ao longo de seu corpo. Cabe salientar que em áreas atualmente secas, mas que no passado sofreram fluxo de água pluvial oriundas da serra de Jaraguá, formaram também corpos aluvionares mineralizados em ouro. Os garimpeiros denominam tal ocorrência de ouro de sequeiro. Os córregos Vermelho, Água Vermelha, Raizama, Lageado, rios dos Patos, Pari e das Almas foram todos intensamente explorados pelos primeiros mineradores. Nos terrenos que circundam a serra de Jaraguá, podem-se encontrar vestígios da lavagem do cascalho.

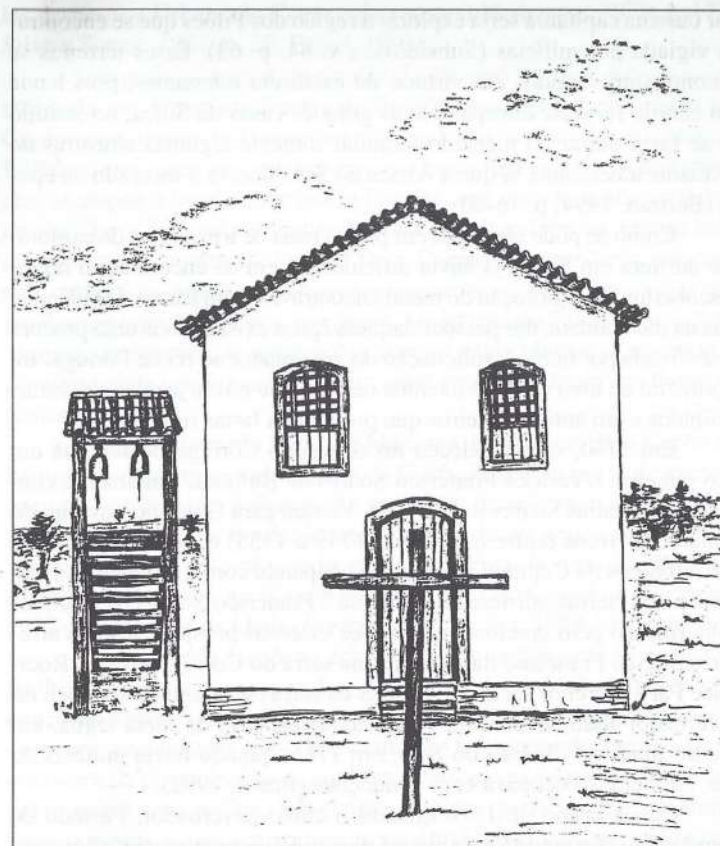
Quando houve um novo surto da exploração aurífera na cidade, na década de setenta do século XX, os garimpeiros, com suas bateias e maquinários, retornaram aos locais já trabalhados pelos primeiros exploradores do ouro. Além de encontrarem ouro, seja pela lavagem dos rejeitos antigos, seja pela exploração dos leitos dos rios, dos córregos ou nos sequeiros, encontravam-se, com frequência, cachimbos de argilas característicos de regiões mineradoras do século XVIII. Acontecimentos bem pitorescos ocorriam em Jaraguá desde o início de seu povoamento até o final da década de setenta de nosso século. Após fortes chuvas, os jaraguenses procuravam ouro onde as enxurradas passavam, pois lá ficavam pequenas partículas de ouro interceptadas por algum obstáculo natural. Segundo explicações geológicas (Menezes, 1988), a serra de Jaraguá é uma fonte aurífera e, com a ação das intempéries, as rochas se desagregam pouco a pouco do corpo da serra. As fortes águas das chuvas lavam e carreiam as rochas e os metais, entre eles o ouro. Essa prática pouco comum, de coletar partículas de ouro após as chuvas, encontra-se quase extinta por causa de obras de urbanização.

Em Jaraguá ocorrem dois tipos de mineralização: o ouro primário, agregado à rocha, necessitando de moagem para a sua liberação, e o aluvionar ou ouro secundário que, uma vez desprendido da fonte, é carriado pelas potentes águas das chuvas até os leitos dos rios e córregos.

No século XVIII o ouro em Goiás era descoberto ao acaso, não havendo técnica específica para sua procura (Salles, 1983, p. 85). Toda região do arraial do Córrego do Jaraguá foi explorada e os rios e córregos auríferos foram lavrados. Em consequência da intensa exploração aurífera, houve, em 1795, uma epidemia no arraial, atribuída aos numerosos reservatórios de água que os mineradores construíram, estocando água para a lavagem do minério. Na atualidade, podem-se observar vestígios desse trabalho de lavagem do cascalho mineralizado em diversos locais.

As minas de ouro de Jaraguá foram intensamente exploradas no decorrer de todo o século XVIII, constituindo para a população um fator econômico de exploração até as primeiras décadas do século XIX. Os cronistas estrangeiros como Saint-Hilaire e Pohl, de passagem pelo arraial do Córrego do Jaraguá, por volta de 1819 e 1821, respectivamente, informam que o ouro ainda se constituía uma preocupação da população do arraial, pois as minas não se esgotaram completamente. Segundo Saint-Hilaire, havia cerca de 40 pessoas, entre homens livres e escravos, trabalhando na extração do ouro. Pohl reclama a falta de água potável em Jaraguá e relata que as águas do córrego, que circunda o arraial, durante as chuvas, ficam poluídas devido às lavagens do ouro, o que certamente prejudicava a saúde de seus habitantes.

As informações históricas que se referem a Jaraguá no século XVIII são escassas, principalmente no período entre a sua fundação até o ano de 1770. Segundo Americano do Brasil, a primeira capela construída em Jaraguá, com os próprios esforços da população, foi dedicada a Nossa Senhora da Penha e a São José. Quando o pequeno templo ficou pronto, em 1748, os habitantes do arraial solicitaram uma pia batismal, em virtude das dificuldades para a realização dos batizados, pois a Matriz, em Meia Ponte, à qual Jaraguá era subordinada, distava 10 léguas. Os caminhos eram péssimos, havia muitos córregos a atravessar, além do caudaloso rio das Almas que, na época das chuvas, se tornava intransponível. Possivelmente, essa capela tenha sido erigida no auge da exploração aurífera de Jaraguá e, sobre sua localização, escreveu Pohl “Numa praça aberta, no centro da localidade, fica a Igreja de Nossa Senhora da Penha ...”.



Capela dedicada a N. S. da Penha e S. José Arraial do Córrego do Jaraguá – 1748

A partir de 1760, a decadência da exploração aurífera já se fazia sentir em Goiás, e a procura de novas minas de ouro eram incentivadas pelos dirigentes da capitania. Os últimos achados foram as minas de São Miguel de Tesouras, em 1756. Com a falta de novos descobertos, o então governador João Manoel de Mello informou à corte portuguesa, em 1760, que as minas de Meia Ponte e Santa Luzia estavam ficando estéreis e pediu permissão para realizar prospecção no rio Pilões, garantindo ao rei que, se encontrasse diamantes, suspenderia a prospecção. Ainda argumentou o governador que a única esperança de encon-

trar ouro na capitania seria explorar a região dos Pilões que se encontrava vigiada por milícias (Subsídios..., v. 84, p. 63). Esses terrenos se encontravam vedados em virtude de existirem diamantes, pois havia um acordo feito na Europa com as grandes casas da Suíça, no sentido de se fazer entrar no mercado mundial somente algumas amostras do diamante americano, já que a África do Sul liderava o mercado na época (Bertran, 1994, p. 76-80).

Como se pôde observar, em pouco mais de trinta anos de exploração aurífera em Goiás já havia dificuldades em se encontrarem novos descobertos. A exploração do metal encontrava-se em franca decadência, mas na mentalidade das pessoas daquela época existia ainda uma procura desenfreada por ouro. A solicitação do governador ao rei de Portugal foi a primeira de uma série de intentos na busca de novas jazidas em locais proibidos e em antigos roteiros que prometiam fartas riquezas.

Em 1760, se estabeleceu no arraial do Córrego de Jaraguá um rico mineiro, o carioca Francisco Soares de Bulhões, juntamente com seu irmão Matias Soares de Bulhões. Vieram para Goiás no governo do Conde dos Arcos (entre os anos de 1749 a 1755) e, após percorrerem vários pontos da Capitania sempre se ocupando com a mineração, fixaram-se nas 'terras auríferas de Jaraguá'. Francisco Soares de Bulhões tinha fixação pelo precioso metal e fez extensas prospecções nos arredores de São Francisco das Chagas, na serra do Cocal e nos rios Rocinha e Pary (terrenos localizados atrás da serra de Jaraguá). Recebeu do governador João Manoel de Mello uma sesmaria de meia légua, em quadro junto ao ribeirão do Pary, em 1765, quando havia notícias de que, também, se ocupava com plantações (Brasil, 1992).

Corria o ano de 1770 quando o então governador, Furtado de Mendonça – dirigindo-se ao arraial de São Félix para averiguar as causas da brusca queda da produção aurífera das minas do norte da capitania, e passando por Jaraguá – incentivou Francisco Soares de Bulhões, rico proprietário, a prosseguir na exploração do ouro em grande escala. Bulhões associou-se a Urbano do Couto, que também vivia em Jaraguá. Urbano do Couto, um dos últimos companheiros de Bartolomeu Bueno ainda vivo, possuía um roteiro, pois havia encontrado ricas jazidas no período que andou com Anhangüera.

Francisco Soares de Bulhões, seu irmão Matias e Urbano do Couto se associaram nessa bandeira, arcando com grandes despesas, além de recrutarem um grande número de expedicionários para explorar a campanha do sul para os lados de Cuiabá. Bulhões responsabilizava-se pe-

las despesas e Urbano do Couto pelo roteiro (Alencastre, 1979, p. 172, Silva e Souza, 1967, p. 20, Brasil, 1992).

A expedição partiu do arraial de Jaraguá no ano seguinte, comandada por Francisco Soares de Bulhões e dirigida por Urbano do Couto; este, porém, adoecendo e não podendo seguir, deu o roteiro a Bulhões, que o seguiu corretamente e, em sessenta e sete dias de marcha, alcançou o local denominado Fundão, nos ricos terrenos auríferos do rio Claro. Segundo as fontes históricas, a Bandeira encontrou bastante ouro nas vertentes do rio Claro. Contudo a expedição retornou sem explorá-lo, pois observou que essas minas encontravam-se nas terras diamantinas e Bulhões, obediente às determinações da Coroa Portuguesa, suspendeu as escavações que se principiavam e retornou a Bandeira para seu lugar de origem, sem proveito algum mediante os gastos realizados.

O ilhéu Urbano do Couto de Menezes, natural das Ilhas Canárias, foi um dos primeiros exploradores de Goiás. Assentou praça de aventureiro na Bandeira do Anhangüera, em 1722, descobrindo várias minas de ouro em distintos locais; levou uma vida de sertanista por 50 anos, abrindo picadas e combatendo indígenas. Possuía uma sesmaria no Córrego do Jaraguá, local onde terminou seus dias, vindo a falecer em 1772 com 70 anos de idade (Bertran, 1994, Salles, 1983, Veiga, [s. d.]).

Uma segunda Bandeira foi novamente organizada às custas de Bulhões, dessa vez, incentivada pelo governador José de Almeida Vasconcelos. Este, atento ao estado de penúria e decadência em que se encontrava a capitania, procurou animar os habitantes de vários arraiais em busca de novas jazidas e, também, seguindo as instruções de Portugal quanto à nova política indigenista, sugeriu que procurassem estabelecer contatos amistosos com os grupos indígenas que, por acaso, encontrassem. O fanatismo pelo precioso metal ainda povoava a mente dos habitantes da capitania. Assim, organizaram-se Bandeiras em Pilar, Traíras e Jaraguá, todas elas guiadas por antigos roteiros. A de Pilar se dirigia para as minas de Matança, próximas ao arraial do Pontal, não podendo ser exploradas em virtude da presença dos índios Xavante. A Bandeira organizada em Traíras dirigia-se às famosas minas dos Martírios quando, encontrou-se com grande número de índios Karajá e Javaé e, temendo outros mais que poderia encontrar, retornou para o arraial de origem (Alencastre, 1979, p. 194).

A expedição organizada no arraial do Córrego do Jaraguá partiu em 1774, sonhando alcançar o preconizado rio Rico; os expedicioná-

rios chegaram nas aldeias dos Kayapó, uma delas estava deserta e encontraram mais de 400 jiraus que serviam de camas. Sem obter o sucesso almejado, retornaram. As Bandeiras custeadas por Francisco Soares de Bulhões fizeram por arruiná-lo. Para amenizar esse infortúnio, o governador, mostrando-se justo com Bulhões, que empregou todo seu dinheiro na promoção das Bandeiras, escreveu para Portugal relatando a bravura de Bulhões e as condições precárias em que ficara com o fracasso da expedição. Desse modo, este foi nomeado Capitão de Cavalaria Auxiliar do Córrego do Jaraguá, vindo a falecer neste arraial no ano de 1775 (Alencastre, 1979, Brasil, 1992, Veiga, [s. d.]).

Ao lado da exploração aurífera, a população jaraguense se ocupou desde cedo com o cultivo de gêneros alimentícios, o que proporcionou um considerável crescimento agrícola do arraial em fins do século XVIII. Segundo o Repertório de Sesmarias, a primeira sesmaria requerida tem a data de 1755. Depois dessa, várias outras foram requeridas para a formação de lavouras. O estabelecimento de fazendas de lavouras e engenhos de açúcar parece que ocorreu concomitantemente com a intensa produção do ouro em Jaraguá. A fazenda São Januário, localizada atrás da serra, próxima ao ribeirão do Pary, cuja antiguidade se encontra na memória oral dos jaraguenses, constituía um próspero engenho no final do século XVIII. Esse engenho, cujos restos, à flor da terra, foram destruídos na década de cinquenta do nosso século, tornou-se objeto de uma dissertação de mestrado – Arqueologia histórica aplicada ao reconhecimento de uma fazenda colonial – século XVIII, de Margareth de Lourdes Souza – que ainda não se encontra à disposição do público.

Algumas sesmarias foram solicitadas na parte considerada como mato-grosso goiano, de excelentes terras para o cultivo. Contudo apenas uma pesquisa mais profunda poderá apresentar, mais detalhadamente o desenvolvimento econômico de Jaraguá durante o século XVIII. Nesta primeira abordagem, em que a documentação histórica disponível não é farta, iremos recorrer às referências históricas do início do século XIX que mencionam o estado da agricultura no arraial, pois são indicadores mais seguros desses acontecimentos pretéritos.

Possivelmente, a lavoura e o criatório foram introduzidos nos primeiros anos da exploração das minas de Jaraguá. O caminho clandestino de Goiás para os Currais da Bahia passava por Meia Ponte, sendo este um dos motivos dos desentendimentos do governo colonial com Manoel Rodrigues Thomar no início da década de 1730. Como o

Córrego do Jaraguá distava apenas 10 léguas de Meia Ponte, o gado não tardou a atingir o arraial. Quanto à produção agrícola, vejamos o que os viajantes registraram. Luiz D'Alincourt, engenheiro francês, passando por Jaraguá por volta de 1818, informa que “os habitantes colhem milho, feijão e alguns outros legumes; criam capados e plantam algodão, mas em quantidade diminuta.” Saint-Hilaire escreve que vários moradores trabalhavam na agricultura, e alguns deles se dedicavam de modo especial à criação de gado. Havia ainda, nos arredores do arraial, vários engenhos de açúcar onde trabalhavam de trinta a quarenta escravos, e o que produziam era vendido principalmente para Vila Boa. Pohl relatou que seus habitantes cultivavam os tradicionais frutos da terra; contudo não os enumerou. O naturalista austríaco, que viajou pela capitania de Goiás durante vários meses, sofrendo a penosa viagem e ainda a falta de alimentos em muitos locais, fez a seguinte observação: “Nem nós, nem os nossos animais sofremos aqui [Jaraguá] por falta de alimentos”.

No início do século XIX, Jaraguá se encontrava entre os prósperos arraiais da capitania de Goiás. Vejamos as observações registradas pelo historiador goiano e pelos cronistas europeus sobre o povoado e sua população. Silva e Souza informa, em 1812, ser o arraial pequeno, porém populoso. Para Saint-Hilaire, este arraial lhe pareceu quase do mesmo tamanho que Meia Ponte, “mas suas ruas são menos regulares, suas casas menores e menos bonitas. Além do mais, há ali apenas duas igrejas”. Pohl, que esteve no Córrego de Jaraguá poucos anos depois de Saint-Hilaire, informa que o arraial possuía, por ocasião de sua visita, cerca de 300 casas e observa a conformação do arraial:

as ruas são retas e largas, mas não são calçadas. Numa praça aberta, no centro da localidade, fica a Igreja de Nossa Senhora da Penha, subordinada à Paróquia de Meia Ponte, e, no extremo ocidental, a recém-construída igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Os números referentes à população de Jaraguá também são escassos e aproximados. Em 1783, na Vigaria de Meia Ponte – composta pelos habitantes de Meia Ponte e as filiais do Córrego do Jaraguá, Rio do Peixe, Serra Negra, Buriti Queimado e Corumbá – havia sete mil pessoas (Bertran, 1996, p. 90). D'Alincourt informa que, conforme o censo de 1816, a população do Julgado de Meia Ponte (nessa ocasião, os arraiais de Meia Ponte, Córrego do Jaraguá e Corumbá) era de 6.133 habitantes, e

considerou a população de Jaraguá pequena, porém não registrou o número. O dado mais preciso a respeito da população de Jaraguá, entre as fontes consultadas, foi apresentado por Saint-Hilaire, informando possuir a capela filial de Jaraguá dois mil fiéis.

Assim, desde o século XVIII criaram-se condições para a consolidação do desenvolvimento econômico do arraial, possivelmente em virtude da diversificação das atividades econômicas, como a exploração das jazidas, juntamente com a lavoura e o criatório. Acrescenta-se a isto o fato de que o arraial encontrava-se no caminho oficial para a Capital, para os arraiais do norte e para São Paulo, e ainda ficava nas proximidades das estradas que seguem para a Bahia e Pernambuco (Bertran, 1996, p. 90), possibilitando o comércio.

NOTA

¹ Segundo Gilka V. F. de Salles, julgado é um território de jurisdição de juízes municipais; Goiás estava dividido em duas comarcas judiciárias: a do Sul, com sede em Goiás, compreendendo seis julgados e a do Norte, com sede na Vila de São João da Palma, com dez julgados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*: 1868. Brasília: Ipiranga, 1979.
- ALMEIDA, Nelly Alves de. *Jaraguá: história e memória*. (Conferência pronunciada em 1982, no auditório do Palácio do Sol, em Jaraguá, por ocasião do centenário de emancipação da cidade) (Impres.)
- ATAÍDES, Jézus Marco de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do sul do Brasil Central*. 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1991.
- BANDEIRA, Antônio José Porto et al. *Por uma história de Jaraguá*. Goiânia, 1992. Mimeogr.
- BERTRAN, Paulo (Org.) *Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: UCG, 1996.
- _____. *História da terra e do homem no Planalto Central: do indígena ao colonizador*. Brasília: Solo, 1994.
- _____. *Memória de Niquelândia*. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.
- BRASIL, A. Americano do. *No convívio com as traças*. [S.l.: s.n.], 1992.
- CUNHA MATOS, R. J. da. *Chorographia histórica da província de Goyaz*. Goiânia: SUDECO, 1979.
- D'ALINCOURT, Luiz. *Memórias sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985. (Col. Reconquista do Brasil; 25)
- JARAGUÁ (GO). Por uma história de Jaraguá. In: *Identificação cultural de Jaraguá*. Goiânia, 1992. Mimeogr.
- MENEZES, Almir Pinto Lopes de. *Projeto Biquinha: plano de aproveitamento econômico de ouro*. Jaraguá, [S.l.], 1988. Mimeogr.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. *Ouro*. Belo Horizonte: METAMING, 1981.
- MITIDIERI, José. *Manual de gramíneas e leguminosas para pastos tropicais*. São Paulo: Nobel, 1983.
- PALACIN, Luiz. *O século do ouro em Goiás – 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas*. 4. ed. Goiânia: Ed. UCG, 1994.

- PEDROSO, Dulce Madalena Rios. *O povo invisível: a história dos Avá-Canoeiros nos séculos XVIII e XIX*. Goiânia: Ed. UCG, 1994.
- POHL, Johann E. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. (Col. Reconquista do Brasil; 14)
- RODRIGUES, Aryon D. *Línguas brasileiras para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986. (Col. Missão aberta; 11)
- ROSA, Beneval. *Plantas forrageiras*. Goiânia: Ed. UFG, 1988. (Apostila do setor de produção e conservação das forrageiras)
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. (Col. Reconquista do Brasil)
- SALLES, Gilka V. F. de. *Economia e escravidão em Goiás colonial*. Goiânia: Ed. UFG, 1983. (Col. Tese Universitária; 28)
- SILVA e SOUZA, L. A. *O descobrimento da Capitania de Goyaz: governo, população e cousas mais notáveis*. Goiânia: Ed. UFG, 1967.
- SUBSÍDIOS para a história da Capitania de Goyaz – 1756-1806. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 84.
- VEIGA, Custódio Pereira da. *Memória do descobrimento – 1785: relação do primeiro descobrimento das minas de Goyaz por Bartolomeu Bueno da Silva*. (Sessão de manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)